

A escuta psicanalítica e a questão da prevenção
diante dos fatores de vulnerabilidade
para a constituição subjetiva
*Psychoanalytic listening and the issue of prevention in the face of
vulnerability factors for the subjective constitution*

Isabel da Silva Kahn Marin*

Resumo: Para problematizar a questão da prevenção diante de fatores de vulnerabilidade tomam-se duas experiências: bebês em acolhimento institucional e mães/bebês em presídio – uma vez que essas situações remetem à condição paradoxal humana: a radicalidade de um novo ser, inédita, que pelo seu desamparo fundamental precisa do Outro humano para se tornar humano. Pretende-se discutir as condições necessárias para a constituição subjetiva: o acolhimento de um psiquismo nascente, permitindo exploração e estranhamento enquanto suportando angústia e dúvida, espaços de metaforização para que o bebê consiga se inscrever no mundo.

Palavras-chave: Psicanálise. Vulnerabilidade. Constituição subjetiva. Bebês em acolhimento institucional. Mães/bebês em presídio.

Abstract: *In order to problematize the issue of prevention vis-à-vis vulnerability factors, two experiences are taken: babies in institutional care and mother/babies in prison – insofar as these situations refer to the paradoxical human condition: the unprecedented radical nature of a new being, who, due to its fundamental helplessness, needs the human Other in order to become human. The objective is to discuss the necessary conditions for the subjective constitution: the embracement of a nascent psyche, thereby allowing exploration and estrangement while enduring anguish and doubt, metaphorization spaces for the baby to be able to inscribe itself in the world.*

Keywords: *Psychoanalysis. Vulnerability. Subjective constitution. Babies under institutional care. Mothers/babies in prison.*

* Psicanalista e Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O convite do grupo de pesquisa “Os Primórdios da Vida Psíquica” do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ) para uma reflexão sobre a temática das situações de vulnerabilidades e riscos para a constituição subjetiva na primeira infância convoca-me a retomar questões que me são muito caras. O compromisso com a infância em situação de vulnerabilidade, com o direito universal à inclusão de qualquer sujeito em sua cultura, marca minha trajetória profissional. Enfrentar a questão da precariedade, superando a questão da exclusão, da invisibilidade e do indizível, à qual muitas vezes se associa a criança abandonada, me desafia. “A precariedade não é a pobreza, não é ter pouco, é ter medo, medo de perder os objetos sociais que fazem laço e permitem de ser reconhecido como ser humano digno de pertencer à sociedade” (BOUKOBZA *et al.*, 2012, p. 79).

O abandono de crianças nos coloca face a face com a precariedade, com o fracasso das políticas públicas em garantir os direitos fundamentais do ser humano. Faz-nos enfrentar a questão incômoda e indignante que revoluciona todas as conquistas da civilização, que põe em xeque os códigos avançados dos direitos humanos, mas que insiste. Insiste e paradoxalmente silencia. Põe em xeque os baluartes do humano: as representações imaginárias dos fundamentos do vir a ser que representam a infância, pais, família e sociedade, colocando-nos perante o sofrimento do humano – das crianças, das mulheres, dos pais, das instituições.

Os desafios para pensar a questão da prevenção são enormes e parecem muito contraditórios quando nos defrontamos com as múltiplas situações de precariedade em nosso país. Entretanto, encontro no texto de apresentação para o tema de pesquisa de 2022, proposto pelo grupo Primórdios, os princípios fundamentais aos quais me alinho para pensar a prevenção na perspectiva da psicanálise:

Considerar a prevenção como subjetivadora, relacionada ao cuidado, à atenção psíquica transmitida pela escuta e pelo acolhimento, distanciando-se da tentação preditiva. Entende-se que a posição preditiva coloca uma dificuldade ética fundamental, pois retira do outro a possibilidade de movimento em liberdade, sendo que a própria predição pode operar como fator determinante de agravamento do risco psíquico. De certo modo, ela fixa o futuro de um indivíduo, reduzindo com violência sua liberdade.

Para ilustrar essa posição, apresento um caso que supervisionei durante o trabalho realizado com gestantes e puérperas num presídio. Essa experiência

será relatada com mais detalhes no desenvolvimento deste texto. Luanda, grávida de 9 meses, participa de um grupo de gestantes que se encontram encarceradas que visa acolher as angústias desse momento, assim como prepará-las tanto para a chegada do bebê, quanto para pensar e participar da decisão em relação ao destino de seus filhos, após os seis meses de convívio com eles, em função do final do período de amamentação. Nas rodas de conversa, propõe-se que construam álbuns para os bebês, onde suas histórias serão registradas. Luanda destaca-se pela sua viva participação no grupo, relatando e registrando, com desenhos muito ricos, as vivências de sua infância na África, assim como os costumes de seus antepassados que gostaria de contar ao seu filho. Nada indicava que teria algum tipo de dificuldade na relação com seu bebê. Entretanto, na semana seguinte ao parto, quando a estagiária coordenadora do grupo retorna ao presídio, as outras mulheres a chamam, por estarem muito preocupadas com Luanda, pois esta se recusa a amamentar seu bebê e está prostrada na cama, sem conseguir se relacionar com ninguém. (Vale observar que as outras mães se revezam para aleitar esse bebê e estão preocupadas que Luanda perca o direito de ficar com seu filho.) A estagiária então se propõe a ouvir Luanda, que incessantemente diz que seu bebê está enfeitado. Ao buscar entender os motivos para tal impressão, fica-se sabendo que o costume na terra natal de Luanda é que o patriarca ofereça água ao bebê assim que este nasce, para libertá-lo dos maus espíritos. Só depois disso a mãe pode amamentar. Tal costume choca-se com os procedimentos atuais da puericultura ocidental aos quais Luanda foi submetida na maternidade, de não se dar água ao bebê, justamente para favorecer o aleitamento materno. A partir da escuta da mãe, dos sentidos que se construíram e da escolha de quem poderia ocupar o lugar ancestral nesse contexto, pôde-se conversar com a equipe técnica do presídio e autorizar que a água fosse dada.

Apresento esse caso para justamente apontar como é violento tomar parâmetros que podem ter sentido para um determinado contexto e fazer predições que desconsideram o sujeito. Luanda não só não aparentava ter fatores de risco para uma depressão pós-parto que demandariam uma atenção maior, como também a compreensão e cuidado de seu estado puerperal “tão deprimido” só pôde acontecer a partir de seu saber, que nos contextualizou em relação às determinantes culturais que definem tanto sua condição de maternar, quanto o lugar que o bebê ocupa em sua comunidade.

Volto então ao desenvolvimento da proposta que me foi feita sobre a escuta psicanalítica e a questão da prevenção diante dos fatores de vulnerabilidade

para a constituição subjetiva. Essa discussão está organizada em torno de duas experiências: bebês em situação de acolhimento institucional e mães/bebês em presídio, por serem situações que trazem radicalmente a vivência da violência e do desamparo, bem como as dificuldades de se buscarem significações para rupturas e faltas dentro de um sistema legítimo, ético, que resgate laços de solidariedade e respeito humano.

Enfrentar a questão da precariedade superando a questão da exclusão, da invisibilidade e do indizível que atinge as crianças em situação de abandono implica suportar a condição humana que é a de ser um sujeito de paixão, que se constitui no “*pathos*”, ao ser afetado pelo encontro com o outro, que pede interlocução e reconhecimento. Os bebês remetem a essa condição paradoxal humana: a radicalidade de um novo ser, inédita, surpreendente, mas que, pelo seu desamparo fundamental, precisa do Outro humano para se tornar humano. Pretende-se discutir as condições necessárias para o acolhimento de um psiquismo nascente, permitindo exploração e estranhamento, enquanto suportando angústia e dúvida, espaços de metaforização para que o bebê consiga se inscrever no mundo.

A angústia da orfandade, o desamparo suscitado quando não se tem certeza das origens acompanham a humanidade e não faltam narrativas que testemunhem essa questão. Crianças abandonadas trazem paradoxalmente uma ameaça e uma esperança para a cultura em que vivem, e seu destino heroico as leva a serem acolhidas alhures, para depois retomarem suas origens numa missão salvadora, embora solitária. Muitas vezes seguem um destino errático assombrando os cidadãos, que silenciam, tapam os olhos diante da angústia suscitada por alguém que clama por um lugar na rede de solidariedade familiar, comunitária e social. Elas retornam com o fracasso social em garantir os direitos humanos básicos. Daí o fascínio que exercem, o risco que representam, convocando a cada época políticas mais ou menos comprometidas com a inserção desses sujeitos na ordem social, de forma digna e participativa.

Desde 1980 venho pesquisando e trabalhando com a questão das crianças em situação de vulnerabilidade social, tendo várias publicações sobre o tema. É inegável o avanço que as políticas públicas tiveram em relação a essa situação, muito embora várias dificuldades insistam. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990, finalmente estabeleceu à criança o estatuto de sujeito de direitos. É consenso que esse Estatuto constitui um instrumento jurídico de garantia de direitos para crianças e adolescentes, embora sua aplicação ainda encontre resistências. Entendemos que

é necessária uma mudança de mentalidades para a implantação de qualquer projeto que pretenda atender a criança como um sujeito de direitos; um sujeito, portanto, que tem história e faz história, que é determinado e que pode ou não, a partir daí, criar e reivindicar, e não apenas esperar ser preenchido e dominado. Sob essa perspectiva houve reorganizações importantes no serviço de acolhimento às crianças em situação de vulnerabilidade, visando não mais protegê-las atrás dos muros, e sim garantir sua inserção na vida de sua comunidade de referência, preferencialmente preservando seus vínculos familiares. Porém, os acompanhamentos que continuo fazendo – via universidade e supervisão – ainda apontam para a enorme dificuldade que as instituições de acolhida têm para enfrentar a questão crucial que as determina, ou seja, o abandono e, a partir daí, a sustentação de seu projeto.

Tenho discutido (MARIN, 2010) que o abrigo retorna com a angústia mais primordial que nos funda: o horror ao abandono, a sensação catastrófica de perder a continuidade de ser – ferida narcísica que jamais cicatriza e que encontra no abrigo a tentação de ser acalmada quando o abandonado é o outro. A noção freudiana do *Unheimlich*¹, o estranho familiar, nos auxilia a compreender que, nesse caso, o retorno do recalcado é se defrontar com o próprio desamparo e, para se defender da angústia provocada, unir-se ao “abandonado”, superprotegendo-o e “odiando” o outro, responsável por essa sensação: a família que abandonou, os profissionais do judiciário, a escola que faz sofrer, os técnicos que cobram a profissionalização etc. Isso se expressa na dificuldade de organizar projetos político-pedagógicos dentro dos serviços de acolhimento, manter registros tanto da rotina quanto dos históricos das crianças, estabelecer um trabalho sistemático com suas famílias e planejar um projeto de vida para o jovem, preparando-o para o desacolhimento. Observa-se ainda muita dificuldade e medo em acolher as expressões infantis, os movimentos dos bebês, suas brincadeiras, suas histórias.

Certos abrigos que tiveram sua origem num projeto afetivo, compensatório, assistencialista, resistem à ideia da profissionalização, entendendo que perderão a qualidade afetiva, amorosa, querendo poupar as crianças de qualquer conflito. Por isso as brincadeiras desaparecem, as histórias são caladas, os mo-

¹ A palavra em alemão apresenta certa ambiguidade entre o familiar e o desconhecido. Freud a utiliza então para relacionar tal ambiguidade com a sensação de inquietude do sujeito diante do material recalcado (portanto conhecido, pois já vivido), mas que retorna sob forma de algo desconhecido e assustador.

vimentos são restringidos, não apenas os dos adolescentes que, em tese, se colocariam em risco – pela violência urbana, sexo e drogas –, mas até mesmo os dos bebês, como tenho observado. Importante considerar para compreender tais atitudes que o bebê, muito diferente do imaginário que o representa como frágil e dócil, com seu corpo, vira pelo avesso a ordem das coisas, subverte o sentido de uma história e pode mudar a direção de certas situações com seu poder de imaginação, fantasia e criação. As crianças, particularmente as pequenas, conhecem o mundo desestabilizando-o. Acabam por recriar, como nos ensina Benjamin (1987), a história da barbárie, reconstruindo-a com destroços, reinventando a esperança. Elas vão assim construir sua história, retomando as relações e circunstâncias que a levaram a estar ali, questionando sobre seu lugar no mundo e sobre as regras que regem sua organização. Construir torres, destruí-las, bater na boneca, dar-lhe carinho, fazer e desfazer casas, jogar repetidamente objetos, rasgar, quebrar brinquedos, desmontá-los, chorar, brincar de cadê/achou... cadê mamãe???, brincadeiras universais, falam desse processo, mas no abrigo parecem ser insuportáveis. São justamente essas manifestações que permitiriam que a criança encontrasse um suporte para entender a sua história, a de sua família e, por que não, a de seu povo. Momentos fecundos para que as condições que a levaram a estar ali sejam significadas. Mas são histórias tristes, envergonhadas, que rompem com o imaginário de criança feliz a ser protegida, poupada. É como se retornassem com um “resto” (ROUSSILLON, 1989) a ser permanentemente simbolizado pela instituição de acolhimento, que é paradoxalmente o desamparo. Segundo esse autor,

O não metabolizado, o informe, também está à cata de lugares onde depositar-se, à cata de espaços onde colocar-se de reserva, em latência. Aquilo que não pode se oficializar na estrutura institucional, fazer-se reconhecer, encontrar forma coletivamente aceitável de encontrar um modo de existência individual e grupal que, ao mesmo tempo, deve ser suficientemente protegido para não ser destruído ou obrigado a um enquistamento (...) mas suficientemente expresso pra que uma certa retomada oficial, ulterior, continue sendo possível (*Id., Ibid.*, p. 134-135).

Nesse dilema penso que a psicanálise tem muito a contribuir. Oferecer uma escuta para os trabalhadores das instituições compreenderem a natureza das contradições implícitas no seu trabalho, para que suportem a dor do outro. Só assim podem criar condições para dar suporte à diferença, à individualidade, ao conflito, e tolerar o investimento que a criança faz constantemente: de

afeto, de desafios, de reivindicação, de protesto, de confiança e desconfiança, condições indispensáveis para que ela possa construir seu projeto pessoal, sem negar sua história.

Por essa perspectiva, alerta para o risco de ações benevolentes que muitas vezes orientam o trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade. Remetem a um aparente paradoxo que, como define Ferrari (2010), “são ações movidas por paixões ambíguas, que visam, antes de tudo, atender ao desejo de reeditar a experiência de plenitude inicial do sujeito diante do olhar materno” (p. 29). Gostaria de enfatizar que o posicionamento ético essencial nos encontros humanos que se propõem ao cuidado e ao acolhimento do outro pressupõe que, para colocar em ação a capacidade de nos tornarmos continentes, é preciso estar aberto ao desconhecido, ao risco do encontro com o Outro: a alteridade radical, como ensina Levinas (*apud* MELLIER, 2004). Ou seja, é o encontro com a parte estrangeira de si próprio, o infantil, o desamparo, a hostilidade, as paixões recalcadas. Evidencia-se assim quais seriam os riscos e as tentações de se fazer o bem, quando o beneficiado se caracteriza como um outro bem distante “desfavorecido”, onde todo desamparo humano pudesse estar projetado. O confronto com um social desumanizante pode se tornar insuportável, levando ou a situações de agressividade ou, ao contrário, a uma empatia exagerada para se opor ao irrepresentável, ao impensável e à impotência. Isso pode se tornar ainda mais agudo no atendimento aos bebês que, como aponta Victor Guerra (2013), mobilizam os registros arcaicos do adulto cuidador.

Entendemos então que um trabalho de sustentação às crianças em constituição só é possível se forem garantidas condições de reflexão, a supervisão, para que haja suporte à alteridade, aos estranhamentos, à potência criada em cada encontro. Só assim o outro não estará a serviço do narcisismo do cuidador, cativo de sua demanda de amor, de sua proteção, da “boa vontade” (ROUSILLON, 1989). Um encontro que não se sustente apenas na compaixão e que permita que o sujeito assistido se afirme em seu lugar social, a partir de suas competências, resgatando aquilo que lhe é de direito.

Lembro que é brincando com outras crianças, ouvindo e confrontando histórias, indagando ao adulto os motivos de seu acolhimento, que significará a sua própria história, entrando em contato, também, com os determinantes sociais aos quais sua família e ele estão submetidos. “A construção humana da identidade – a relação do sujeito com sua economia somática e a sua língua – é capaz de se desconstruir nas situações de grande precariedade dos laços so-

ciais” (DOUVILLE, 2012, p. 7). Portanto, é fundamental não fugir dessa tarefa e ousar entrar em contato com a angústia e a culpa social que provocam o abandono e suas determinações. Criar espaços onde seja possível o compartilhamento dos traumatismos (BOUKOBZA *et al.*, 2012), criando situações de metaforização. Marie Rose Moro (2006), na melhor tradição psicanalítica, é veemente quando propõe que o encontro para ser terapêutico é traumático ou então ele não o é. Indica que para cuidar dos traumas dos bebês é importante se deixar afetar, mas nunca se apiedar.

Um ponto importante a destacar também é o entendimento da realidade das famílias (ditas desestruturadas) e crianças que se apresentam em situações vulneráveis, como patológica. Busca-se assim erradicar todas as formas de comportamento ou expressão do sofrimento psíquico que seriam perturbadoras e para as quais não oferecemos tolerância nem tempo para decodificar a origem e os sentidos dessas manifestações. Nessa perspectiva prevenir parece ser reduzir, evitar risco daquilo que escapa ao controle, do imprevisível, da imperfeição, do imponderável.

Penso que aí sim corre-se o risco de práticas excludentes a despeito de se dizerem compensatórias, desconsiderando o sentido singular dos sintomas que se apresentam para permitir a inclusão dentro dos parâmetros oficiais. Concordo com Olivier Douville (2014, p. 12), que propõe que estejamos abertos para a escuta da invenção de metáforas das filiações e das rupturas.

Nas situações de acolhimento como a que assinalamos, a partir do conceito de *Unheimlich*, defrontamo-nos com nosso infantil: desamparo, abandono, medo, hostilidade. O abrigo deveria ser capaz de se estruturar para propiciar o acolhimento, conforme dita a lei, mas assumindo toda essa dimensão contraditória. São, então, essenciais a formação e sustentação de seus trabalhadores, para poderem suportar o cotidiano de seu trabalho tão mobilizador, e penso ser nesse aspecto justamente que a psicanálise tem muito a contribuir. Oferecer a compreensão e o suporte para que sejam garantidas a questão da ambivalência suscitada no trabalho de acolhimento ao abandonado, a mobilização do desamparo, a necessidade de fazer o luto simbólico da família ideal para permitir que as crianças se desenvolvam rumo à sua autonomia social.

Dessa forma, a questão que parece tão familiar para os psicanalistas – a do paradoxo que funda o sujeito humano, ou seja, a articulação subjetividade / vulnerabilidade – talvez não tenha sido trabalhada suficientemente com os profissionais que atuam nas situações de adversidade. O homem se diferencia do animal por e graças à sua vulnerabilidade, seu desamparo fundamental:

precisa do Outro humano adulto para se subjetivar. Subjetividade e vulnerabilidade se confundem inexoravelmente; entendo assim a angústia (horror estruturante) que todos temos perante o desamparo, sendo, ao mesmo tempo, o encontro com essa condição que nos torna únicos, sujeitos de nossa história, criativos e autônomos, pois também é fundamental nos libertarmos dessas amarras, do Outro. Estão aí os mitos e contos de fadas para testemunhar essa dinâmica, em que heróis se estruturam a partir de uma condição de orfandade. Esse é o nosso *Unheimlich* a ser sempre resgatado diante da vulnerabilidade e, particularmente, com os trabalhadores de abrigo: a tentação de negar essa condição, de nos preenchermos com o vazio do outro, tamponando-o, impedindo assim o seu desenvolvimento para a autonomia e a cidadania. Mas isso não significa abandonar o outro à própria sorte. Se nosso desamparo não for acolhido, “morreremos”. Precisamos ser olhados, reconhecidos e mobilizados a seguir em frente.

A proposta fundamentada na psicanálise é enfrentar o corpo a corpo que a situação de análise propicia para dar conta do sofrimento que a existência humana suscita, ou seja, o trabalho no campo da transferência. O pedido de alívio é compreensível e necessário, porém não se pode cair no engodo da supressão absoluta do sofrimento. Essa experiência pode e deve ser compartilhada com os agentes de saúde e trabalhadores das áreas de assistência e educação. Sabe-se, no entanto, quanto é difícil para os profissionais dessa área suportar as manifestações de angústia que essas questões suscitam, por remetê-los ao próprio desamparo. A tentação de projetar num outro a responsabilidade pelo sofrimento é grande, reproduzindo uma situação de violência ao não suportar o apelo que lhes é dirigido por quem sofre.

Proponho assim que não se deve ter preconceito em relação à vulnerabilidade. E os bebês nos põem justamente em xeque com essa questão. É importante lembrar o quanto o bebê suscita sentimentos de desamparo e impotência: nossas agonias impensáveis primitivas, perante a fragilidade e medo do abandono, e o medo de não ser capaz de dar conta das demandas incessantes e muitas vezes enigmáticas do bebê. Pais que abandonaram foram, pelos mais diferentes motivos, e muito frequentemente por se encontrarem em situação de precariedade social, incapazes de enfrentar esses sentimentos e precisam ser acolhidos para retomar sua relação com os filhos. Os bebês nos colocam face a face da questão fundante do sujeito humano: o encontro com seu desamparo e a busca por assim dizer de adoções. Todo bebê que vem ao mundo marca um momento inédito; apesar de toda a herança que carrega é, por assim

dizer, um estrangeiro que pede acolhimento em sua cultura para poder ser civilizado. Nas palavras de Regina Aragão, retomar a noção de parentalidade, como trabalho de domesticação da estraneidade do bebê (2008). Propõe-se assumir que o bebê deve se encontrar em um ambiente que pensa, apoiado no pensamento de muitos outros que acreditam que ele pensa. Dessa forma, o nascimento de um bebê por si só não torna seus pais, pais, nem o bebê um sujeito. A mulher que o pariu será assim responsável por esse momento fundante de acolhimento, mas precisará descobrir e interpretar as expressões desse chegante para que ele se civilize de acordo com o esperado por todos os que fazem parte de sua cultura, e ela não pode fazer isso sozinha. Algumas referências que caracterizam os primórdios da constituição subjetiva se fazem necessárias para o acolhimento desse chegante. Constituir-se como porta-voz do bebê, penetrar seu mundo interior e traduzir suas necessidades, seus sentimentos, receios e desejos. Embalá-lo com textos de terror e ternura expressando a ambivalência e angústia desse processo que é marcado por incertezas e apostar num destino imprevisível, o qual não controla. Suportar e dar suporte para o até então inominável: vazio, ruptura, desamparo. Importante escutar um corpo que pulsa, que está inquieto, à busca de investimento e calma; para isso deve-se ousar construir teorias e criar uma linguagem que dê sentido ao encontro do sujeito com seu mundo. Deve se dispor a brincar com o bebê, fazer caras e bocas, permeado de balbucios, maminhas que marca o ritmo do encontro/desencontro. Fundamental, portanto, que a mãe ou cuidador substituto esteja apoiado por sua rede social significativa, onde encontra eco para seus temores e incertezas. Dessa forma propicia-se um espaço onde as histórias podem ser vividas e compartilhadas, criando-se o laço social e permitindo que o bebê se sinta acolhido pela sua comunidade e por parte de sua cultura. São as condições necessárias para que deixe de ser *infans*: recuperar/desenvolver a capacidade de falar; capacidade de rir e brincar.

Em muitos casos esses momentos fundantes se dão em situações dramáticas e, por isso mesmo, deve-se dar suporte para que a partir desses dramas se possam construir narrativas, histórias que permeiam a sustentação a esse bebê, sem ter medo do inesperado, do choro, do movimento brusco, da fragilidade, dos porquês... e principalmente sem ter medo dos sentimentos de impotência que isso suscita, mobilizando afetos de raiva, violência, tentação de apagamento.

Roussillon (1997) nos lembra que a simbolização produz sujeito, produz subjetivação; ela não anula a experiência, muito embora recalque a experiência original, e sempre deixa um resto, não simbolizável, não elaborado. Sabemos

que continuamente vai sobrar angústia, dúvida, ataques (da criança, do cuidador, da família). Mas nos primórdios da subjetivação, esses restos são mal tolerados, vividos como dejetos ameaçadores do processo. Por isso mesmo o psiquismo inicial precisa de um objeto que trate desse resto; sendo assim, as primeiras formas de simbolização não podem se manter sem um objeto que contenha e para-excite a situação, que sobreviva aos excessos, aos ataques. Talvez aí incida de forma importante a escuta do psicanalista no abrigo: suportar os restos do bebê, do educador que não dá conta, da família que se sente impotente, culpada e fracassada.

Sob essa perspectiva, evocamos a adoção como condição para o processo da constituição subjetiva. Ou seja, suportar a ferida narcísica de não fazermos uma unidade total, com cônjuges, filhos e pacientes, funda uma posição ética na qual o outro é sempre uma promessa, mas não objeto para suprir a carência de ser. Suportar o transitório marca a nossa condição de humanos, na qual a finitude é a certeza e a capacidade de transcendência, nosso traço mais criativo.

Para isso reafirmo que, se nos dispusermos à abertura para a alteridade, para o acolhimento, é preciso lembrar que o outro se faz presente como diferença, quando traz consigo a noção de indeterminação e estranheza, não sendo essa condição privilégio apenas das crianças ditas abandonadas. Lembrar que os sujeitos se constituem num encontro entre uma proposta, um projeto e seu investimento singular, respondendo a esse projeto; no caso das crianças pode ser com choro, grito, mordida, sorriso, manifestações que precisam ser interpretadas por um cuidador. É, portanto, essencial resgatar a compreensão de como um corpo que grita pode se desenvolver no sujeito que produz cultura, desde que lhe seja permitida uma pluralidade de experiências e que sinta ser importante para o mundo, sendo acolhido em sua afirmação subjetiva singular no grupo e na coletividade.

Nessa perspectiva, gostaria ainda de comentar o trabalho, citado anteriormente, com as mães no presídio, que acompanhei através da supervisão de estagiários. A diretora da Penitenciária Feminina da Capital (PFC) na época (2000) demandou que a universidade contribuísse com uma forma de tornar possível garantir que os bebês – que teriam, por força da lei, de ficar com suas mães para o aleitamento – não fossem prejudicados por estarem “presos”. Preocupava-se também em como prepará-los para que a separação, que ocorreria forçosamente aos seis meses, não fosse traumática.

Apesar de admitir não estar convencida de que isso seria uma medida saudável para o bebê, estava disposta a desenvolver o trabalho da melhor for-

ma; por isso queria contar com a retaguarda teórico-técnica que a academia poderia oferecer.

Um grande desafio se colocou para as pesquisas que desenvolvemos na universidade voltadas para projetos de prevenção e atenção à primeira infância, por parecer paradoxal atuar nesse contexto.

Logo de início deparava-se com muitos preconceitos. A imagem idealizada e romantizada da relação mãe-bebê não combinava com a representação de um ambiente com grades e muito menos com a ideia de mulher bandida-mãe. A agradável surpresa de encontrar bebês saudáveis, risonhos, com desenvolvimento psicomotor amadurecido para sua faixa etária, sinais visíveis de segurança básica e autonomia, criava um notável contraste com os funcionários do sistema penitenciário, para quem trabalhar nessa realidade era quase um castigo.

Parecia que, quanto mais as mães podiam sonhar para seus bebês a liberdade que elas almejavam para si mesmas, mais ameaças e mais hostilidades eram mobilizadas nos funcionários, que lamentavam não estarem em unidades masculinas ou mesmo em presídios onde não havia bebês.

Pudemos inferir que a valorização do vínculo mãe-bebê no caso da mulher “bandida” era perturbadora para os agentes penitenciários. Sabe-se o quanto um bebê mobiliza a ternura, mas também o sentimento de desamparo das pessoas, conforme já analisado neste texto, o que provavelmente desestabilizava as representações e defesas que colocavam as mulheres presas do lado do mal e que justifica as práticas muitas vezes distorcidas do sistema penitenciário. A delicada questão dos direitos humanos em relação à população carcerária se fazia mais aguda nesse contexto.

Tomamos e firmamos alguns parâmetros para justificar uma proposta de trabalho que apoiasse o desenvolvimento de um projeto de acompanhamento às gestantes e puérperas dentro do sistema penitenciário de forma a garantir os direitos tanto das mulheres quanto das crianças.

A importância da amamentação e do vínculo afetivo com a mãe para o desenvolvimento do bebê parecia ser consenso, mas a questão da separação era entendida como muito sofrida e prejudicial tanto para as mães quanto depois para os bebês. Orientada pela psicanálise, lembrava dois princípios norteadores. Um deles diz respeito a considerar a separação como condição para subjetivação, desde que se crie a transicionalidade necessária para que o bebê suporte a descontinuidade de ser com sua mãe e, a partir de suas competências, possa investir em outros objetos, ou seja, no mundo. Enfim, considerar a

função simbolizante do objeto, ou seja, retomar a função do objeto nos processos de simbolização primária a partir das indicações freudianas sobre a questão da representação. Freud, no Projeto para uma Psicologia Científica (1895/1969), aponta a função de para-excitação do objeto materno na constituição psíquica, dando um contorno às intensidades pulsionais e auxiliando o infante a ter acesso a um ritmo e a uma temporalidade através do interjogo de presença e ausência. Indispensável a presença do objeto no início da vida, para que sua ausência possa ser representada. Ao mesmo tempo, como discutimos, é fundamental que, diante dos repetidos não encontros em relação à mãe, sejam oferecidas palavras que possam representar o vivido e perdido... “Para simbolizar o objeto, deve-se suportar sua ausência e aceitar fazer uma espécie de luto primário”, lembra-nos Roussillon (1997), fiel à tradição freudiana. Alternar entre presença e ausência implica que o adulto cuidador confira ao bebê a condição de interlocutor, pois sabe que o bebê pode esperar para ser atendido, acreditando na sua possibilidade de apelo. Essas são condições indispensáveis para que o bebê adquira sua potência de investir no mundo, acreditando nas relações humanas. São as primeiras organizações para que a simbolização aconteça, revelando que é o apelo (grito, choro, olhada) que traz o objeto, o qual não é onipresente. São formas de a mãe ir anunciando que ela existe para além do filho, já que não é sua extensão, criando assim a possibilidade de convidá-lo a olhar para o mundo, para além de seu seio.

Outro princípio entende o trabalho da mulher, do feminino, como capacidade de suportar o engendramento, o que ainda não é; implica também preparar-se e dispor-se a acolher a perda. Como propõe Labaki,

Perda não como falta recalcada, recusada ou ressentida a ser ressarcida, mas como condição da existência de um modo interior de ser separado do outro para todo o sempre. (...). Caracteriza-se paradoxalmente como um movimento de diferenciação que oferece à mãe, enquanto posição de perda, uma possibilidade mais plena de se identificar com seu bebê (2008, p. 282).

Foi importante também retomar as análises propostas no trabalho FEBEM, Família e Identidade – O lugar do Outro (MARIN, 2010), ao discutir as alternativas para as crianças institucionalizadas e privadas da convivência com seus pais: “A perda, a falta e a separação não são em si o problema para a formação da identidade; aliás, podem ser até os determinantes, porém o que importa é a possibilidade de sua significação e a condição para simbolização” (p. 61).

Em outras palavras, isso significa suportar a castração, função parental essencial para o processo e a subjetivação. Seríamos capazes então de promover um espaço potencial² onde a transicionalidade fosse sustentada, para que a perspectiva do corte e da separação pudesse ser antecipada e, de certa forma, valorizada como espaço de crescimento e abertura para o mundo e a autonomia?

Orientadas pela concepção winnicottiana da relevância em se possibilitar a criação de objetos transicionais para a constituição da subjetividade, pareceu-nos interessante utilizar esse recurso. Assim, propôs-se a montagem dos *Livros do Bebê*, nos quais se poderia materializar o investimento das mães nesses filhos, que passariam a ter um registro de suas histórias, de seu crescimento, de seus projetos de vida. Esse livro poderia acompanhar o bebê quando este se separasse da mãe, de certa forma representando-a junto ao bebê, e poderia seguir sendo o registro da história de vida do pequeno futuro cidadão.

Ao propormos que pensassem e/ou se comprometessem com esse projeto de vida, essas mulheres forçosamente deveriam recuperar os seus próprios projetos, o que muitas vezes passava por ressignificar o crime, o que não era sempre desejável para muitas delas. Também fundamental nesse processo era retomar a rede social-afetiva significativa dessas mães, uma referência para seus bebês, preparando-os para sua saída. Muitas delas haviam rompido as relações com suas próprias famílias e decidir sobre o futuro do bebê ou mesmo falar de sua história implicava retomar sua própria história familiar.

O mesmo se dava em relação aos pais de seus filhos, e sabemos o quanto a função paterna é condição para que o corte da relação simbiótica mãe/bebê se dê de forma consistente. Função paterna é entendida aqui como um terceiro que se coloca entre a criança e seu cuidador, de forma a convocar a criança a renunciar às suas satisfações, instituindo-se na diferença como separada do adulto cuidador.

Portanto, recuperar a história dessas mulheres e de sua rede de suporte significativa era fundamental para que a história dos bebês pudesse ser fundada e sustentada por suas mães, de forma que eles pudessem ser convocados como sujeitos e convidados a participar de seu mundo e de sua cultura, assegurados pelo afeto e continência de suas mães. A possibilidade de os filhos serem acolhidos por sua rede familiar após o período de convivência com sua mãe seria a saída desejável, mas se isso não fosse possível sempre haveria a al-

² Esse conceito é desenvolvido nos capítulos “Objetos transicionais e fenômenos transicionais” e “O brincar: uma posição teórica” em *O brincar e a realidade*, de D. W. Winnicott. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ternativa do acolhimento institucional, o que não significaria para a mãe perder o poder familiar sobre seu filho, desde que ela não renunciasse a isso e se ocupasse de sustentar o vínculo com ele, mesmo que de dentro da prisão.

Fomos assim criando espaços de metaforização, grupos com as mulheres onde se garantiam espaços de escuta, continência e reflexão, favorecendo o mais frequente compartilhamento de depoimentos possível, onde a ambivalência desse processo fosse autorizada e acolhida, para que elas pudessem sustentar o investimento nos seus filhos, participando da construção de seus projetos de vida.

Os álbuns, confecção de objetos, por elas próprias, que iam sendo usados pelos bebês e incorporados no espaço compartilhado, tornando-o investido por elas, teve um grande valor. Assim, as marcas de tinta que lambuzavam as mãos de mães e bebês, carimbadas nos cartazes, cartões, brinquedos, iam às vezes se espalhando pelo chão: corações, manchas coloridas, nomes, tornando o ambiente, pelo menos durante o grupo, mais lúdico e colorido. Esses objetos testemunhavam os processos que ali ocorriam, convocando todos que participavam da vida institucional a se posicionarem.

Procuramos dessa forma trabalhar com as presas a importância de dar um nome a seu filho, garantir uma filiação simbólica, ocupar um lugar na genealogia, como condição de sair do anonimato, do traumatismo.

Pretendi através dessa breve contextualização³ apontar como a questão das mulheres encarceradas e seus bebês nos permite pensar e nos posicionarmos, tanto em relação às mulheres, ao feminino e à questão da maternidade, quanto em relação à violência e seus efeitos. A psicanálise aponta para a condição ambivalente do feminino, de interioridade, indefinição, vazio e por isso mesmo passível de continência, tolerância, implicando a paciência do que engendra, dá forma, gera. “Feminilidade é a revelação do que existe de erógeno no desamparo, a sua face positiva, criativa, a face negativa do desamparo é o masoquismo, a inexistência erógena e de dor mortífera” (BIRMAN, 1999, p. 52). Essa condição, que não é privilégio das mulheres, é muito difícil de assumir e enfrentar em todos os tempos, como já mostrava Freud. Talvez por isso a mulher “bandida” presa seja mais hostilizada do que o homem, inclusive por suas famílias, que as visitam menos, em comparação às visitas aos homens.

³ A quem interessar conhecer o trabalho recomendo o texto: “Tornar-se mãe num presídio: a criação de um espaço potencial”. MARIN, I.S.K. In: RABELLO, S. (Org.). *Laço mãe bebê: intervenções e cuidados*. São Paulo: Primavera, 2017. p. 255-291.

Elas representam mais agudamente o *Unheimlich*, a inquietante estranheza de nos defrontarmos com o paradoxo da feminilidade.

Muito distante da aparente referência imaginária do par perfeito, mãe-bebê, ao qual tivemos que renunciar, a experiência com a maternidade no presídio retorna exatamente com a “estranheza” desse corte, cujo umbigo é testemunho. Marca no corpo que leva ao enigma do nascimento, das origens, por indicar ao mesmo tempo nossa ligação à mãe, nossa filiação, mas também a confirmação do corte, do nascimento, da ruptura que permite a entrada na vida de um novo humano, singular. Procuramos trabalhar com as presas a importância de dar um nome a quem amamos, como condição de sair do anonimato, do traumatismo, mesmo que demandasse tempo. Isso nos remete à questão do tempo, de lidar com o incerto e o imprevisto, questão aguda no imaginário contemporâneo, não exclusiva das mulheres encarceradas.

E também este trabalho me leva a pensar que as feridas invisíveis da violência, feridas narcísicas profundas, como as da vergonha, devem ser denunciadas e que o psicanalista tem muito a contribuir nesse sentido. Como dizia Lacan (1998), a vergonha é momento de destituição subjetiva, quando o sujeito está reduzido a um objeto ante o olhar do outro. A violência política pode prolongar essa destituição lançando, ao olhar de todos, aquilo que falta ao sujeito. Excluir as crianças nascidas no presídio de sua história é o que caracterizaria a violência. Portanto, criar condições para que a relação com suas mães deixe marcas, não tendo vergonha de existir, é o que de fato definiria uma política voltada aos direitos humanos. “A possibilidade de existirem lugares que acolhem as palavras em sofrimento, em exílio, em errância, é necessária não para tentar dissolver uma desarmonia, mas para que cada sujeito possa experimentar seu sentimento de pertencer à espécie humana” (COTE, 2012). O encontro com Luanda testemunha essa posição.

Tomo as palavras de Cote para concluir, pois entendo que as situações aqui apresentadas revelam contundentemente esse processo, e a psicanálise nos aponta para a importância de suportar na transferência essa dolorosa e enigmática aventura do vir a ser sujeito. A criatividade exigida em cada encontro humano, vivida na clínica cotidianamente, deve superar a tentação da aplicação mágica de técnicas que aliviam o sofrimento e, assim, dar suporte para essa aventura.

Isabel da Silva Kahn Marin
belkahn@gmail.com

Referências

ARAGÃO, R. O. Quem é esse bebê, tão próximo, tão distante? In: ATEM, L. M. (Org.). *Cuidados no início da vida: Clínica, instituição, pesquisa e metapsicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. 208p.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987. 272p.

BIRMAN, J. *Cartografias do feminino*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999, 224p.

BOUKOBZA, C. et al. Bébés précaires. Comment les accueillir? In: DOUVILLE, O. (Org.). *Clinique psychanalytique de l'exclusion*. Paris: Dunod, 2012. p. 67-96.

COTE, A. La femme errante et la traversée de la honte. In: DADOUVIAN, C. (Org.). *Mères et bébés sans papiers*. Toulouse, França: Érès, 2002. p. 205-217.

DOUVILLE, O. Le clinicien face à la precarisation de l'existence. In: _____. (Org.). *Clinique psychanalytique de l'exclusion*. Paris: Dunod, 2012. p. 1-11.

_____. *Les figures de l'Autre*. Paris: Dunod, 2014. 288p.

FERRARI, R. da S. *Voluntariado, uma dimensão ética*. São Paulo: Escuta, 2008. 160p.

FREUD, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In: *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 395-469. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).

_____. (1919). O estranho. In: *História de uma neurose infantil*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p. 233-270. (ESB, 17).

GUERRA, V. A ética dos cuidados: o complexo do arcaico e estética da subjetivação. In: MARIN, I.S.K.; ARAGÃO, R. O. (Org.). *Do que fala o corpo do bebê*. São Paulo: Escuta, 2013. p. 37-48.

LABAKI, M. E. P. Ter filhos é o mesmo que ser mãe? In: ALONSO, S. L.; BREYTON, D. M.; ALBUQUERQUE, H. M. F. M. (Org.). *Interlocuções sobre o feminino na clínica, na teoria, na cultura*. São Paulo: Escuta/Instituto Sedes Sapientiae, 2008. p. 273-284.

LACAN, J.; MILLER, J. A. (1956-57). *Le Séminaire, Livre IV, La relation d'objet*. Paris: Le Seuil, 1994. 434p.

MARIN, I. da S. K. *Febem, família e identidade: o lugar do outro*. 3. ed. São Paulo: Escuta, 2010. 136p.

MELLIER, D. *L'inconscient à la crèche*. (Dynamique des équipes et accueil des bébé). Paris: Érès, 2004. 306p. (La vie de l'enfant).

MORO, M. R. Les bébés et les jeunes enfants aussi. Pour une clinique transculturelle du trauma de la première enfance (Introdução). In: BAUBET, T. et al. (Org.) *Bebés et traumas*. France: Editions La pensée sauvage, 2006.

ROUSSILLON, R. La fonction symbolisante de l'«objet». *Revue Française de Psychanalyse*, Paris, n. 2, p. 399-415, 1997.

_____. Espaços e práticas institucionais: quarto de despejo e o interstício. In: KAËS, R. et al. (Org.). *A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989. p. 131-151.